

Rússia e Ucrânia: por uma alternativa à guerra que "não pode ser vencida"

Russia and Ukraine: for an alternative to the war that "cannot be won"

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128328>

Fabiano P. Mielniczuk

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

fabiano.mielniczuk@ufrgs.br  

Resumo

A presente guerra entre Rússia e Ucrânia aturdiu um grupo bastante representativo de acadêmicos e diplomatas ocidentais. Entretanto, frente à "inesperada" anexação da Crimeia, ocorrida em 2014, e o início do confronto no Donbass, tal postura seria no mínimo incauta. Esta análise de conjuntura tenta dar conta das origens do problema a partir da complexidade empírica da relação russo-ucraniana e da incapacidade teórica da disciplina de relações internacionais em perceber o círculo vicioso entre identidades e interesses, o qual foi fundamental para chegarmos à situação atual. Isso é feito por meio da interpretação de textos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos oficiais sobre a relação entre Ucrânia, Rússia e a OTAN, à luz da importância das identidades estatais dos atores como causa para o conflito. À guisa de conclusão, sugere-se que a alternativa mais adequada para cessar a violência imediatamente seria a declaração unilateral da OTAN de uma moratória ao ingresso de novos membros, por um prazo bastante estendido, e o comprometimento de se iniciarem negociações sobre um estatuto de neutralidade militar da Ucrânia.

Palavras-chave: Guerra Russo-Ucraniana; Identidades; interesses; Relações OTAN-Rússia.

Abstract

The present war between Russia and Ukraine has stunned a very large group of Western academics and diplomats. However, faced with the then "unexpected" annexation of Crimea, which took place in 2014 and the beginning of the confrontation in Donbass, such a stance would be at least reckless. This analysis tries to explain the origins of the problem departing from the empirical complexity of the Russian-Ukrainian relationship and the theoretical incapacity of the discipline of international relations to perceive the vicious circle between identities and interests, which caused the current situation. This is achieved through the reading of academic texts, journalistic articles and official documents about the relationship between Ukraine, Russia and NATO, in light of the importance of the state identities as the cause of the conflict. By way of conclusion, it is suggested that the more adequate alternative to immediately ending the violence would be the unilateral declaration by NATO of a moratorium on the entry of new members for a very long period, and the commitment to start negotiations on the military neutrality of Ukraine.

Keywords: Russo-Ukrainian War; identities; interests; NATO-Russia Relations.

Recebido: 05, Novembro, 2022

Aceito: 30, Novembro, 2022

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estes devem ser distribuídos sob a mesma licença que o original.

Introdução

A presente guerra entre Rússia e Ucrânia aturdiu um grupo bastante representativo de acadêmicos e diplomatas ocidentais. Entretanto, frente à "inesperada" anexação da Crimeia, ocorrida em 2014, e ao início do confronto no Donbass, tal postura seria no mínimo incauta. Já em 2014, no pior cenário traçado sobre o futuro imediato da Ucrânia após a anexação, um analista afirmara que, depois de uma possível intervenção russa para auxiliar as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk,

(...) os ucranianos reagiriam à investida russa e o mundo presenciaria uma guerra em território ucraniano, nos mesmos moldes da guerra entre Rússia e Geórgia de 2008. Rápida, e com uma vitória avassaladora da Rússia, o conflito resultaria na ocupação militar da maior parte do leste e do sul da Ucrânia, onde vivem mais de 7 milhões de russos. Os ucranianos seriam forçados a aceitar a situação de fato; caso contrário, iniciariam uma guerra civil contra a ocupação russa. Por mais irrealista que pareça essa última alternativa, tal opção seria vista com bons olhos por alguns setores ocidentais, como forma de fomentar um conflito que desgastaria o governo russo a médio e longo prazo frente à opinião pública russa e mundial. Para evitar a guerra civil, uma invasão russa nesse cenário envolveria uma atividade militar de grande envergadura, com um elevado número de baixas e ações que não se restringiriam apenas aos territórios do leste. Na assinatura de um armistício, uma nova linha de divisão seria traçada no território ucraniano (MIELNICZUK, 2014, p.14).

Embora hoje, de fato, a Ucrânia se encontre dividida e ocupada militarmente pela Rússia no leste e no sul do país, a análise acima se equivocou ao apontar que a Guerra seria rápida e ocorreria nos mesmos moldes do conflito russo-georgiano de 2008. O motivo para tal equívoco parece claro: Mielniczuk (2014) não aventou a possibilidade de a OTAN alimentar uma guerra de *proxy* contra a Rússia na fronteira do seu território e com um número tão significativo de russos envolvidos diretamente no conflito. Quando se trata de uma potência nuclear, o risco de escalada é elevadíssimo. De fato, como será visto, as ameaças nucleares passaram a ser o "novo normal" no conflito em curso.

Da mesma forma que em 2014, a ameaça nuclear russa é tratada como blefe por parte dos mesmos incautos analistas ocidentais. Essa possibilidade, por motivos óbvios, não será confirmada até que se ponha fim ao conflito. O que se sabe até agora é que o número de civis e combatentes mortos aumenta a cada dia, na mesma medida em que as ações de retaliação mútua entre o Ocidente e a Rússia se agudizam. Na mesma toada, o nacionalismo ucraniano e o ufanismo russo ingressaram em um círculo vicioso que, ao ser reproduzido, alimenta o espiral de inimizade que pode resultar na aniquilação de uma das partes ou de ambas. Neste contexto, é comum que muitos analistas se perguntem como a situação pode ter chegado até esse ponto. Essa é a pergunta que guiará o presente texto.

As linhas abaixo são uma tentativa resumida de dar conta dessa questão. Para tanto, a análise de conjuntura que se segue é baseada em contribuições de textos acadêmicos, matérias jornalísticas e documentos oficiais sobre a relação entre Ucrânia, Rússia e a OTAN, os quais são interpretados à luz da importância das identidades estatais dos atores como causa para o conflito. A próxima seção oferece um breve histórico da relação entre Ucrânia e Rússia após o fim da URSS, de modo a sublinhar a complexidade do problema em nível empírico. A seção 3 apresenta a importância da dimensão identitária para a análise dessa relação que, em termos teóricos, é seguidamente ignorada nas análises tradicionais. Nesse sentido, o papel da expansão da OTAN como catalisador de uma identidade anti-ocidental da Rússia é introduzido. A seção 4 explora a delicada situação da Ucrânia, presa na armadilha da relação de animosidade entre a OTAN e a Rússia. A tentativa de negociação oferecida pela Rússia para barrar o ingresso da Ucrânia à OTAN e a negativa Ocidental são tratadas na seção 5. Dado o fracasso das negociações e o início da guerra, nas considerações finais sugere-se que apenas a moratória de ingresso de novos membros na OTAN seria capaz de pôr fim ao ciclo vicioso que alimenta a inimizade entre Rússia e Ucrânia e facilitar as condições para a cessação das hostilidades.

A complexidade de um problema empírico

A relação entre Rússia e Ucrânia é complexa e remonta à dificuldade em definir as identidades dos dois países dada sua origem comum. O problema gira em torno da natureza do Kievan Rus, no século IX, e da relação de proximidade ou distância cultural entre russos e ucranianos a partir de então. De acordo com Lieven (1999), a questão se tornou uma obsessão para nacionalistas e historiadores dos dois países, mas principalmente para os ucranianos, mais "inseguros" e desejosos em encontrar bases ideológicas e historiográficas para a sua identidade (LIEVEN, 1999, p.13). Morrison (1993) desloca o problema para a modernidade e identifica o tratado de Pereyaslav, firmado em 1654 entre o reino da Moscúvia e os cossacos ucranianos contra o Império Lituano-Polonês, como a fonte de discórdia entre nacionalistas ucranianos e russos: para os primeiros, o tratado foi uma aliança de defesa, para os últimos um tratado de unificação. Burant (1995) avança um pouco mais sua análise e localiza as raízes do sentimento nacionalista ucraniano no século XVIII, e que teria como causa a maior independência dada pelos Habsburgos aos ucranianos do oeste do país, em contraposição aos do leste submetidos à influência do Império Russo. Segundo o autor, essa dicotomia se intensificou com a URSS, devido à migração de russos para as regiões do leste.

A situação tornou-se ainda mais complicada após o fim da Guerra Fria, com o desmantelamento da URSS. O legado soviético criou obstáculos bastante significativos para que as repúblicas socialistas da União passassem a ser Estados independentes de fato, e não apenas de direito. Isso afetou, particularmente e com bastante intensidade, a relação entre Rússia e Ucrânia, e pode ser ilustrado a partir de três dimensões: a humana, a militar e a econômica (SMOLANSKY, 2004).

A dimensão humana afetou todo o espaço da antiga URSS. Foram mais de 25 milhões de russos que ficaram espalhados pelas outras 14 repúblicas. Porém, na Ucrânia a situação foi mais complexa. Em torno de 25% eram russos no ano da independência. Para complicar a situação, 50% da população só falava russo. A forte presença de russos e a proximidade linguística com a Rússia deu origem a uma medida inusitada, só adotada pela elite da Ucrânia: sua independência foi declarada pelo parlamento de maneira condicional em agosto de 1991, e sujeita à aprovação popular em dezembro. Realizado junto com as primeiras eleições presidenciais do país, o referendo deu a vitória esmagadora aos que desejavam a independência, inclusive entre os russos (GARNETT, 1997). O resultado demonstra a relativa desimportância da divisão étnico-nacional entre russos e ucranianos, e se explica pela crença compartilhada entre os russos de que a Ucrânia, mais homogênea culturalmente e com um potencial econômico invejável, ofereceria condições melhores de vida à sua população. No período entre a decisão do parlamento e a aprovação do referendo, o candidato Leonid Kravchuk, membro histórico do partido comunista e antigo presidente do Soviete Supremo do país, buscou desvincular-se do comunismo e aderiu ao que se chamou de "cartada nacionalista" como alicerce para sua legitimidade em um país recém independente, seguindo o exemplo dos líderes das outras repúblicas (KINCADE; MELNYCZUK, 1994). O problema seria colocá-la em prática com tamanha população russa, e entre russos e ucranianos que não alimentavam antagonismos em termos identitários. O jeito foi buscar apoio no Ocidente, e logo de saída a Ucrânia de Kravchuk apresentou-se como europeia, e abriu canais de comunicação com os EUA. Nesse período, o nacionalismo ucraniano do Oeste, de linhagem nacionalista-fascista surgida no entre-guerras e identificado com a figura de Stepan Bandera (anti-bolshevique, anti-judaica e anti-polonesa), não chamava a atenção da comunidade internacional.

Os problemas identitários entre russos e ucranianos surgiram na Crimeia, e foram alimentados por interesses militares. Nesta península se encontrava a base naval de Sevastopol, a segunda maior da marinha soviética. À época, 80% dos seus oficiais eram russos, e o restante se dividia entre ucranianos e membros de outras nacionalidades. Com o desmantelamento da URSS e a criação do Tratado de Segurança Coletiva (TSC) da Comunidade de Estados independentes (CEI), esses militares russos ficaram literalmente sem saber a quem deviam obediência. À Ucrânia, onde a base estava localizada? À Rússia, de onde vinham? Ou ao comando do TSC? Como aproximadamente 70% da população da Crimeia era formada por russos, logo o parlamento da Rússia reivindicou a península e a base naval como pertencentes à Rússia.

Durante a primeira década de independência a situação foi motivo de tensão entre Rússia e Ucrânia, só se atenuando quando os dois países assinaram o tratado de arrendamento da base para a Rússia, já no fim dos anos 1990. Mesmo assim, o estatuto da Crimeia, que contava com um parlamento próprio, um presidente e um primeiro-ministro, e um representante do presidente da Ucrânia na região, permaneceu como foco de tensão (SHERR, 1997). Curiosamente, se passou a haver um ideal nacionalista ativo na Ucrânia dos anos 1990, esse era o nacionalismo russo na Crimeia, apoiado por parlamentares nacionalistas e comunistas da Duma, e não o nacionalismo ucraniano.

Havia outra herança maldita da URSS que afetaria a sorte dos dois países. A infraestrutura econômica da antiga potência comunista havia sido planejada para fomentar a integração entre as repúblicas, e fundava-se na interdependência entre o centro e a periferia. O caso exemplar, que afeta até hoje a relação entre Rússia e Ucrânia, é a rede de gasodutos que os conecta e que servia como única rota de exportação do gás russo para a Europa, seu maior mercado. Os russos ficaram reféns da localização geográfica da Ucrânia e, para acessar os mercados europeus, aceitaram pagar "pedágios" de passagem e vender gás subsidiado aos ucranianos, bem como fazer vistas grossas durante muitos anos aos "furtos" de energia que mantinham ativas as indústrias do país vizinho. Tal dependência foi atraindo a atenção da Europa, pois desacertos entre os eslavos poderiam resultar em falta de energia para o continente. De fato, quando eles ocorriam, os russos ameaçavam cortar o fornecimento à Europa e essa intervinha para mediar a negociação da Ucrânia com a Rússia. A famosa "diplomacia dos gasodutos" se intensificava geralmente no inverno, quando o medo de desabastecimento de gás para o aquecimento doméstico afetava mais os europeus (BALMACEDA, 1998a; BALMACEDA 1998b; SMOLANSKY, 1995). Ao passo que a Ucrânia usava sua posição estratégica para barganhar tanto com a Rússia quanto com a Europa, os russos desenvolveram rotas alternativas de gasodutos, passando pelo Mar Báltico (para Alemanha) e pelo Mar Negro (para a Turquia). A compra da estatal de gás da Belarus, por onde conseguem exportar para a Alemanha e a Polônia, e a finalização do Nord Stream 2, representaram um golpe duro na capacidade de barganha energética ucraniana.

A debilidade do tratamento teórico

O fim da guerra fria também acelerou o processo de revisionismo teórico na disciplina de relações internacionais, uma vez que a abordagem dominante até então - o realismo estrutural ou neorealismo - não havia sido capaz de prever este desfecho (WOHLFORTH, 1994). Afinal de contas, como seria possível entender a mudança geopolítica mais relevante do século XX se o poder militar dos EUA e da URSS continuava o mesmo? Logo a ontologia materialista que pressupunha causalidade entre a distribuição de poder no sistema internacional (medida em termos de capacidades militares) e o comportamento dos Estados passou a conviver com abordagens ideacionais. Essas, por sua vez, afirmavam a importância das identidades e dos papéis sociais dos Estados na definição de seus interesses, e a possibilidade de que os efeitos da anarquia, tidos como responsáveis por comportamentos egoístas e instrumentais, fossem atenuados por estruturas de significados conducentes a relações de amizade e identificação. Essa ideia seria resumida na famosa afirmação de que a anarquia era o que os Estados faziam dela (WENDT, 1992).

Os tomadores de decisão no Ocidente ignoraram tais avanços teóricos na disciplina desconsiderando-os na maneira de conduzir suas relações com a Federação Russa, herdeira legal da URSS. Teóricos, políticos, diplomatas e estrategistas militares passaram boa parte dos anos 1990 discutindo a suposta unipolaridade do mundo pós-guerra fria, e apesar dos alertas de realistas mais tradicionais (LAYNE, 1993), a interpretação vencedora foi a de que o tão falado "momento unipolar" deveria ser aproveitado pelo Ocidente (WOHLFORTH, 1999) para expandir seu controle militar sobre os espaços do antigo pacto de Varsóvia. Essa conclusão seria lógica, uma vez que a lógica materialista impediria o tratamento adequado de variáveis como identidade, e o debate raso que se fez girava em torno da inevitabilidade do retorno ao equilíbrio de poder ou não. Assim, a OTAN se expandiu para o leste a fim de levar economia de mercado e liberalismo político às novas nações independentes, e assim fortalecer a segurança europeia vista agora de maneira ampliada - mercado e liberalismo foram dois eufemismos surgidos da revisão do conceito de segurança adotado pela

Aliança no início dos anos 1990, para cinicamente esconder a pretensão de cercar a Rússia em termos militares (MCCGWIRE, 1998). Mas faltou combinar com os russos, e aquilo que muitos analistas alertaram aconteceu: o processo de expansão alimentou uma identidade anti-ocidental na Rússia, reforçada pela incompetência das instituições ocidentais como FMI e Banco Mundial em ajudarem no processo de transição para o capitalismo. Frente à catástrofe dos anos 1990, restou claro que economia de mercado e liberalismo político deveriam ser adotados apenas pelos vizinhos da Rússia, ao passo que o país passaria mergulhado em crises econômicas e o controle político de grupos de oligarcas e da máfia, que contavam com o beneplácito ocidental por serem os pilares de sustentação de Bóris Ieltsin, líder liberal e aliado, lembrado por suas aparições públicas alcoolizado e pela sua exposição ao ridículo frente à opinião pública mundial e sob gargalhadas jocosas de Bill Clinton, presidente dos EUA.

Criou-se, então, um círculo vicioso responsável por alimentar a identidade anti-ocidental da Rússia (ARBATOV, 1993). Mas não foi só isso: identidades e interesses se retroalimentam (MIELNICZUK, 2006). O interesse prático do Ocidente em ocupar o vácuo geopolítico deixado pelo fim do Pacto de Varsóvia resultou na transformação da OTAN em uma aliança de ataque. Isso ficou claro a partir de 1999, quando uma suposta "doutrina de intervenção humanitária" passou a nortear ataques da organização contra países que não haviam atacado seus membros. O processo ganhou contornos dramáticos aos olhos da Rússia a partir dos anos 2000, quando os EUA e a OTAN inviabilizaram os principais acordos que garantiam a segurança estratégica do país: a saída unilateral americana do ABM (Tratado de Mísseis Anti-balísticos), no começo dos anos 2000 e o anúncio da construção de escudos antimísseis na Polônia e Romênia, já membros da OTAN expandida; o fim do CFE (Tratado de Forças Convencionais na Europa), abandonado pelos russos por conta da não adesão dos países do báltico, também já membros da OTAN, à limitação de capacidades militares de ataque em seus territórios; o abandono unilateral pelos americanos do INF (tratado de forças nucleares intermediárias na Europa), que proibía vetores de lançamento de mísseis balísticos com capacidade nuclear dentro de um limite de 500 a 5.550 km na Europa, garantindo assim que a dissuasão nuclear entre Rússia e o Ocidente ficaria restrita ao nível estratégico, e não tático.

Ucrânia: entre o Ocidente e a Rússia

Se, na década de 1990, a Rússia estava enfraquecida e dependia econômica e militarmente da Ucrânia, a partir dos anos 2000 os russos passaram a contornar a dependência econômica do território ucraniano por meio de novos gasodutos. Militarmente, a Rússia concentrou mais divisões de suas forças armadas na fronteira com a Europa e desenvolveu armamentos nucleares mais potentes (DALL'AGNOL, 2021). Por outro lado, enquanto a OTAN e a União Europeia estavam bem economicamente e se expandindo para o leste, não houve interferência nas tratativas das relações entre Rússia e Ucrânia. Note-se, inclusive, que a participação dos Estados Unidos e da OTAN no desarmamento nuclear da Ucrânia, Cazaquistão e Belarus levou em consideração os interesses do Ocidente, e não dos países envolvidos (HRYSHCHENKO, 1997). Nesse sentido, a Rússia se beneficiou, mas também cumpriu o papel de facilitador dos interesses ocidentais no seu entorno regional (vale lembrar que os acordos foram elaborados pelo congresso dos EUA, a partir da colaboração entre republicanos e democratas). A partir de 2008 a situação é alterada por aquela que seria a gota d'água capaz de fazer o copo de insatisfação russa com o Ocidente transbordar: na Cúpula de Bucareste, a OTAN se compromete em aceitar a Ucrânia e a Geórgia na Aliança (ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2020). Meses depois a Rússia invadiu a Geórgia e desde então ocupa as regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia.

O Ocidente assistiu incrédulo à Guerra, e não entendeu que o limite suportável para os russos havia sido ultrapassado. Na Geórgia, após a derrubada de Edouard Shevardnadze, Mikhail Saakashvili havia assumido a presidência com um discurso nacionalista incendiário, treinado nos tempos de sua atuação como importante advogado em Nova Iorque. Dessa maneira, prometeu retomar a todo custo as regiões separatistas em seu território, algo que julgava possível após o comprometimento da OTAN em aceitar a Geórgia na organização. Ao resgatar o lema, "Geórgia para os Georgianos" e transformar em herói o ultranacionalista Zviad Gamsakhurdia, líder responsável pela guerra civil que assolou o país logo

após o fim da URSS, Saakashvili ataca soldados russos que faziam a patrulha das regiões separatistas, a serviço da Comunidade de Estados Independentes (CEI). A resposta violenta da Rússia não foi antevista, provavelmente porque a ideologia nacionalista impediu que o presidente enxergasse a situação com clareza. A OTAN se restringiu a mandar mantimentos para ajudar o país e se viu impotente frente à dissuasão nuclear russa. O aviso foi dado pelos russos, mas não foi entendido pelo Ocidente (MIELNICZUK, 2013).

Na Ucrânia, após anos de enriquecimento da elite política por conta dos ganhos econômicos extraídos tanto do Ocidente quanto da Rússia, a população empobrecera. A Ucrânia é, aliás, o país mais pobre da Europa em termos de PIB per capita, sendo esse indicador equivalente a menos da metade do brasileiro. A insatisfação com a elite política e a pobreza enterraram o sonho dos russos de que seria possível viver em um país próspero. Por outro lado, cresceram movimentos nacionalistas no Oeste os quais colocavam em xeque o establishment político e canalizavam sua revolta contra a influência russa e grupos minoritários (além dos russos, outras minorias são repetidamente vítimas do discurso de ódio dos nacionalistas ucranianos). Aos poucos, consolidou-se a dicotomia pró-Rússia ou pró-Ocidente entre os membros da classe política, pelo menos aos olhos ocidentais. Aos poucos, também, o ideário radical nacionalista anti-russo passou a reverberar em setores pró-Ocidente, que viam essa parcela pequena da sociedade ucraniana com um instrumento útil para chegar ao poder. A aparente vitória das forças pró-Ocidente na Revolução Laranja de 2004 trouxe desilusão com o fracasso gritante do governo Yushchenko (que recebeu menos de 5% dos votos na tentativa de se reeleger), e recolocou um "pró-Rússia" no poder, com a vitória legítima e reconhecida internacionalmente de Yanukovich em 2010. A partir de então, o nacionalismo ucraniano no leste passou a ser incentivado com mais intensidade pelos políticos pró-Ocidente, levando a extrema-direita anti-russa a ganhar 10% dos votos nas eleições parlamentares de 2012 (MIELNICZUK, 2014).

Yanukovich tentava restabelecer o papel tradicional da Ucrânia ao barganhar com o Ocidente e com a Rússia em troca de benefícios econômicos, porém agora em uma posição muito mais favorável à Rússia. As coisas saíram do controle quando a diplomacia europeia entrou em cena. A partir de 2008, com a crise econômica mundial, a Europa olha para novos mercados para sair da crise e vê a Ucrânia como um destino importante para seus produtos manufaturados. Não é necessário lembrar que a economia europeia é movida pela Alemanha, e que a Alemanha é movida por exportações. Aí é lançada a iniciativa de um acordo de associação comercial com os países do leste da Europa e do Cáucaso, que não são membros da UE. Obviamente, a saída da Belarus, da Armênia e do Azerbaijão das negociações não incomodou os europeus, dado o pouco apelo econômico de uma parceria com países com mercados consumidores tão reduzidos. Mas a Ucrânia com seus mais de 40 milhões de habitantes não poderia ficar de fora. A Rússia contra-ataca com a proposta de uma área econômica euroasiática. Yanukovich avançou como nenhum outro presidente pró-Ocidente havia avançado nas negociações com a UE. Mas, quase ao término do prazo das negociações, os russos ofereceram bilhões de dólares em subsídios à economia ucraniana e o governo ucraniano aceitou entrar na iniciativa econômica russa, abandonando as negociações com a UE. Durão Barroso, então presidente da Comissão Europeia, atçou a população ucraniana a se voltar contra a decisão do seu governo e a Europa apostou todas as fichas na derrubada de Yanukovich. Os ucranianos foram jogados à própria sorte, com a ascensão de grupos nacionalistas a postos chave do governo no contexto posterior à invasão russa da Crimeia. O Ocidente esticou a corda, e ela arrebentou (MIELNICZUK, 2014).

A invasão russa

Durante os 08 anos em que a Ucrânia viveu com anexação russa da Crimeia e a guerra civil no leste de seu território, seria de se esperar que o sentimento nacionalista anti-russo ganhasse força. De fato, o slogan do governo Poroshenko, presidente eleito após a derrubada de Yanukovich, deixou bem claro o clima político do país: "Forças Armadas, Língua Nacional e Fé". A incorporação às forças armadas do país de milícias paramilitares de extrema-direita, com inclinações claramente neo-nazistas e formadas durante a intervenção russa de 2014 parece uma consequência natural neste processo. Apesar da blindagem da mídia ocidental a respeito do tema, muitos jornalistas europeus denunciaram

esses vínculos e arcaram com as consequências (LIPSHIZ, 2022). O que salta aos olhos, porém, é que o apoio da OTAN ao treinar militares ucranianos e ao fornecer armamentos representou um endosso explícito ao discurso anti-russo. Note-se, também, que as sucessivas ajudas econômicas de instituições como Banco Mundial e FMI estavam, indiretamente, financiando o combate. A chegada ao poder de Volodimir Zelenski, em 2019, mesmo ano no qual os americanos se retiraram do INF, foi mais um elemento a determinar o trágico desenlace dos acontecimentos iniciados em fevereiro de 2022. Para os russos, Volodimir Zelenski é um fantoche do Ocidente, e as relações próximas do governo ucraniano com os serviços de inteligência e segurança dos EUA foram bastante expostas durante o processo de impeachment do presidente Donald Trump, acusado de pressionar Volodimir Zelenski a apresentar provas de corrupção envolvendo o filho do presidente Joe Biden na Ucrânia, quando Joe Biden ainda era candidato à presidência. Por outro lado, a Volodimir Zelenski não resta outra alternativa a não ser enfrentar a Rússia e, insanamente, pedir que a população combata tanques de guerra da segunda maior potência militar do planeta com coquetéis molotovs caseiros. Qualquer cessão às demandas dos russos significou seu fim político na Ucrânia e mesmo a possibilidade de seu assassinato por nacionalistas anti-russos. Nesse sentido, é bastante preocupante que um dos membros da delegação ucraniana que participou do primeiro encontro de negociação com os russos no dia 28 de fevereiro, Denis Kireev, tenha sido executado sumariamente em uma operação do ministério da defesa da Ucrânia, ao ser acusado de traição. A falta de vontade da imprensa ocidental em elucidar esse assassinato é curiosa, mas o mais alarmante é a possibilidade de isso ser um recado às autoridades dos países de que atender às demandas russas para um armistício será considerado traição à Ucrânia (INTERFAX-UKRAINE, 2022).

Deve ficar claro que a Rússia invadiu a Ucrânia para forçar uma negociação com a OTAN. Acreditar que Vladimir Putin tomou essa decisão movido por emoção, ou que os russos não haviam planejado cenários tão duros quanto os enfrentados hoje após sanções econômicas do Ocidente é fruto da torcida ocidental anti-Putin. Prova disso é que no dia 17 de dezembro de 2021 o ministério das relações exteriores da Federação Russa propôs um tratado bilateral de garantias de segurança mútua aos Estados Unidos e um acordo à Aliança (PIFER, 2021). O primeiro continha oito artigos e, em seu preâmbulo, os russos são bastante assertivos ao afirmarem que o conflito entre os dois países pode resultar em uma guerra nuclear, a qual "não pode ser vencida, e nunca deve ser lutada" (RUSSIAN FEDERATION, 2021b).

Nos dois documentos as propostas russas transitam dos extremos do possível ao impossível. Entre o que é possível na proposta de tratado bilateral está o Art.2º, que indica a necessidade de os dois países e as organizações de segurança às quais fazem parte aderirem aos princípios das Nações Unidas. Em termos vagos, a proposta é de fácil aceitação. Entre o que é impossível, por exemplo, está o Art.7º, que preconiza a proibição de que ambos tenham armas nucleares fora de seus territórios. Pedido inaceitável para os EUA, uma vez que existem em torno de 100 ogivas nucleares de sua propriedade espalhadas entre Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Turquia, aliados na OTAN, e que constituem o pilar de sustentação da presença militar norte-americana na Europa. Ao tornar explícita uma demanda que não será atendida, Moscou pretendia deslocar as demais do pólo do impossível para o do possível (RUSSIAN FEDERATION 2021b).

Porém, os artigos principais são o 6º e o 7º do Acordo com a OTAN. Neles é imposta aos EUA a obrigação de negar o acesso da Ucrânia à OTAN. Além disso, ficariam proibidas atividades militares de países membros da organização na ex-república soviética (RUSSIAN FEDERATION 2021a). Até antes da crise atual, essa possibilidade envolvendo a Ucrânia estava descartada, pois a OTAN se comprometera na Cúpula de Bucareste, em 2008, que o país seria membro da Aliança no futuro. Porém, esse compromisso também foi assumido em relação à Geórgia, e hoje o ingresso desse país na Aliança está fora de questão. Por quê? Meses após o encontro na Romênia, a Rússia invadiu a Geórgia em uma guerra relâmpago. Desde então, os russos ocupam quase 20% do território georgiano e as conversas sobre a adesão à OTAN arrefeceram. Os mais de 100 mil soldados russos concentrados nas fronteiras da Ucrânia na época da oferta desse tratado indicavam com clareza a disposição da Rússia para o conflito. De fato, a negativa Ocidental desencadeou o ataque russo.

À guisa de conclusão: a moratória ao ingresso de novos membros na OTAN

Nesse contexto, uma alternativa possível para cessar a violência imediatamente seria a declaração unilateral da OTAN de uma moratória ao ingresso de novos membros, por um prazo bastante estendido, e o comprometimento de se iniciarem negociações sobre um estatuto de neutralidade militar da Ucrânia. Se, por um lado, isso pode ser visto como uma capitulação aos interesses da Rússia, por outro, o atendimento a essa demanda esvaziaria o discurso do governo russo de que a OTAN pretende utilizar a Ucrânia como ponta de lança de um ataque ao seu território. Da mesma forma, tal estatuto enfraqueceria as correntes nacionalistas anti-russas, uma vez que a possibilidade de uma intervenção russa no país seria afastada. As negociações ocorreriam nos moldes antigos, com uma conferência internacional com todos os envolvidos, o que atenderia à demanda russa de ter seu papel reconhecido como grande potência militar.

O problema é que, no estágio atual da guerra, com as recentes anexações de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia, qualquer tentativa de armistício só teria efeito se a Ucrânia aceitasse perdas significativas de território e população. Dado o nível de comprometimento do mundo ocidental com o esforço de guerra ucraniano, essa possibilidade parece irreal. Portanto, o impasse só será quebrado caso um fato novo e de alto impacto na percepção dos atores envolvidos aconteça. Infelizmente, esse é o cenário mais sombrio: a utilização de armas nucleares táticas por parte da Rússia pode resultar nesta mudança. Caso isso aconteça, todavia, não está claro como o Ocidente reagiria. Sentaria para negociar com a Rússia após tamanha catástrofe ou retaliaria nuclearmente o país? Nesse caso específico, teríamos de fato uma guerra sem vencedores, pois os perdedores arrastariam para a derrota a humanidade, com potencial de aniquilar a vida na Terra.

Referências

- ARBATOV, A. G. Russia's Foreign Policy Alternatives. **International Security**. v. 18, n. 2, p. 5–43, 1993.
- BALMACEDA, Margarita M. 1998a. Gas, Oil and the linkages between domestic and foreign policies: The case of Ukraine. **Europe-Asia Studies**. v. 50, n. 2, p. 257–86, 1998a.
- BALMACEDA, Margarita M. Ukraine, Russia, and European Security: Thinking beyond NATO Expansion. **Problems of Post-Communism**. v. 45, n. 1, p. 21–29, 1998b.
- BURANT, Stephen R. Foreign Policy and National Identity: A Comparison of Ukraine and Belarus. **Europe-Asia Studies**, v. 47, n. 7, p. 1.125-1.145, 1995.
- DALL'AGNOL, Augusto César. **Queda & Ascensão da Rússia: Estabilidade Estratégica, Construção do Estado e Reforma Militar de Larga Escala**. Curitiba: Appris Editora, 2021.
- GARNETT, S. **Keystone in the Arch: Ukraine in the emerging security environment of central and eastern europe**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1997.
- HRYSCHENKO, Kostyantyn. 1997. Reducing the nuclear threats through joint joint efforts: the view from Ukraine. In: Shields, J. e Potter, W. (org.). **Dismantling the Cold War: US and NIS Perspectives on the Nunn-Lugar Cooperative Threat Reduction Program**. Cambridge: MIT Press, 1997.
- INTERFAX-UKRAINE. SBU Shot Dead Member of Ukrainian Negotiating Delegation Kireev Who Was Suspected of Treason during His Arrest – MP Honcharenko. 2022. Disponível em: <https://en.interfax.com.ua/news/general/807707.html>. Acesso em 02/10/2022.
- KINCADE, W. H.; MELNYCZUK, Natalie. Unneighborly Neighbors. **Foreign Policy**, n. 94, p. 84-105, 1994.
- LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. **International Security**. v.17, n. 4, p. 5–51, 1993.
- LIEVEN, Anatol. **Ukraine & Russia: a fraternal Rivalry**. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1999.
- LIPSHIZ, Cnaan. Polish journalist quits after paper rejects 'neo-Nazi' term for Ukrainian militia. **The Times of Israel**. 2022. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/polish-journalist-quits-after-paper-rejects-neo-nazi-term-for-ukrainian-militia/>, Acessado em 02/07/2022.
- MCCGWIRE, M. NATO expansion: 'a policy error of historic importance'. **Review of International Studies**. v.24, n.1, p. 23–42, 1998.
- MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto Internacional**. v.28, n.1, p. 223–258, 2006.
- MIELNICZUK, Fabiano. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos internacionais**. v. 1, n. 2, p. 157–66, 2013.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Conjuntura Austral**. v.5, n. 23, p. 4–19, 2014.

MORRISON, John. Pereyaslav and After: The Russian-Ukrainian Relationship. **International Affairs**, v. 69, n. 4, p. 677-703, 1993.

PIFER, Steven. Russia's Draft Agreements with NATO and the United States: Intended for Rejection? **Brookings (blog)**. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/12/21/russias-draft-agreements-with-nato-and-the-united-states-intended-for-rejection/>. Acesso em 02/10/2022.

RUSSIAN FEDERATION. 2021a. **Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization** - Министерство иностранных дел Российской Федерации". 2021a. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/?lang=en. Acesso em 02/10/2022.

RUSSIAN FEDERATION. 2021b. **Treaty between The United States of America and the Russian Federation on security guarantees** - Министерство иностранных дел Российской Федерации". 2021b. Disponível em: https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/?lang=en. Acesso em 02/10/2022.

SHERR, James. Russia-Ukraine rapprochement?: The black sea fleet accords. **Survival**. v.39, n.3, p. 33–50, 1997.

SMOLANSKY, O. M. Ukraine and Russia: An Evolving Marriage of Inconvenience. **Orbis**. v.48, n. 1, p. 117–34, 2004.

SMOLANSKY, O. M. Ukraine's quest for independence: The fuel factor. **Europe-Asia Studies**. v. 47, n.1, p. 67–90, 1995.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. v. 46, n.2, p. 391–425, 1992.

WOHLFORTH, William C.. Realism and the End of the Cold War. **International Security**. v. 19, n.3, p. 91–129, 1994.

WOHLFORTH, William C.. The Stability of a Unipolar World. **International Security**. v. 24, n.1, p. 5–41, 1999.

ZABOLOTSKY, B. P.; MIELNICZUK, F. Do “outro” lado do ocidente: a crise ucraniana e a “ameaça russa” nos discursos da OTAN. **Historiæ**, v. 11, n.2, p. 84–107, 2020.

Funções de colaboração exercidas

Fabiano P. Mielniczuk:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)